



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23.25.08/DP

Tratam os autos de procedimento de Dispensa de Licitação, esta, por sua vez, já autorizado pelo Secretário Executivo da Secretaria da Secretaria de Planejamento e Gestão e fundamentada na Lei Geral de Licitação, art. 24, inciso II, para Contratação de empresa para prestação de serviço visando adquirir licença de Software com tecnologia da informação via web, para a pesquisa de preços integrado com cadastramento, consulta, controle e emissão de CRC (Certificado de Registro Cadastral) dos Fornecedores e prestadores de Serviços do Município de Itapipoca Junto a Secretaria de Planejamento e Gestão do Município de Itapipoca.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso II, e o parágrafo único, da Lei nº 8666/93 e suas alterações e o decreto 9.412/2018.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Visando maior agilidade, transparência e eficiência nos processos de pesquisa de preços e visando maior rapidez e organização no cadastro de CRC (Certificado de Registro Cadastral) do município de Itapipoca, faz-se necessário a aquisição de licença software que Gerencie essas demandas, tornando assim, esses processos mais ágeis e eficientes, fazendo com que se ganhe tempo, produtividade e segurança.

A presente dispensa de licitação encontra-se fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal supracitado. "Art. 24 – É dispensável a licitação: I – Omissis; II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez". Por todas as razões expendidas e, também, pelas recomendações legais previstas no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a seguir transcrito, resta largamente comprovada a razão da contratação direta.

A Lei nº 8.666/93 em seu art. 24, inciso II, alterado pelo decreto federal N° 9.412/2018 esclarece:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº



9.648, de 1998);

Art. 23, inciso II, alínea a: "para compras e serviços comuns":

- a) Convite: até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
(redação dada pelo decreto 9.412 de 18 de junho de 2018).

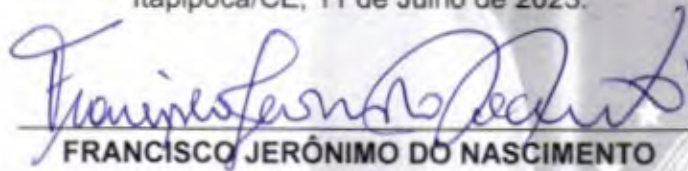
ESCOLHA DO FORNECEDOR DO PREÇO

Após pesquisa de mercado, realizada pelo setor de cotação do município, a escolha do fornecedor recaiu sobre a pessoa jurídica **M2A TECNOLOGIA LTDA**, com endereço na Rua General Silva Júnior, 858, CEP 60.411-200, bairro Fátima, Fortaleza/Ceará, inscrita no CNPJ n.º 19.337.907/0001-79, porque dentre a pessoa Jurídica do ramo pertinente ao objeto contrato, apresentou todos os documentos legais e também apresentou o melhor preço.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Procedeu-se com a consulta a diversas empresas do ramo pertinente com o presente objeto, e conciliando a questão da oferta do melhor preço, da regularidade jurídica, trabalhista, fiscal e previdenciária, chegou-se a uma proposta com valor global de **R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais)**, conforme consta nos autos do processo supracitado.

Itapipoca/CE, 11 de Julho de 2023.



FRANCISCO JERÔNIMO DO NASCIMENTO

Secretário Executivo
da Secretaria de Planejamento e Gestão